

TERRITÓRIO DESAFIO.

A partir deste ponto, falaremos sobre territórios. Territórios simbólicos e concretos, que dizem respeito a outridades que perderam seu direito de ser ao serem racializadas e, com isso, passaram a ser peões na figura de colonizadas por colonizadores - dois novos personagens que surgem, principalmente, a partir da colonização das Américas. E também falaremos da constituição desses peões como manipuladores do jogo, da forma como chegaram ao poder, subjugando e delimitando a divisão do eu - pessoas brancas, lugar onde me encontro - e do outro - pessoas não-brancas.

Para isto, nesta seção do jogo-dissertação, irei dissertar acerca da construção de raça e branquitude e, conseqüentemente, sobre o racismo e sua estrutura. É importante ressaltar que até este momento na história, pré-colonização das Américas, não existia o conceito de raça como uma forma de classificação de pessoas como conhecemos hoje em dia. A raça, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (Quijano, 2005, p.3), foi a jogada criada pelos europeus colonizadores para validar seu discurso sobre progresso e desenvolvimento, o que na prática significou invasão, apropriação indevida de terras, bens e assassinato de seres humanos.

Digo criada e não descoberta cientificamente, como a pseudociência tentou propagar durante o século XIX pois, hoje, sabemos que não existem diferenças biológicas entre seres humanos que os concedam quaisquer tipos de supremacia em relação a outros. Iremos nos aprofundar mais sobre questões que envolvem raça no TERRITÓRIO JOGADOR, devido a relação do tema com as alunas. Porém, neste território em que estamos, para falarmos sobre branquitude, é necessário que se saiba sobre o contexto brasileiro racial, que existe dentro da estrutura do racismo, que surge com a criação do termo raça. E foi a partir dessa classificação, como dito acima, que os homens brancos europeus conseguiram o aval para dizimar centenas de pessoas nas Américas e África, a partir do século XVI, principalmente.

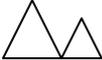
Independentemente do percurso que você, leitora-jogadora e leitor-jogador trilhou até aqui, sendo essa sua primeira parada ou a última antes da próxima fase

deste jogo-dissertação, é importante saber que você possui uma história, que a depender da cor de pele de quem joga esse jogo-dissertação, não é construída da mesma forma. A nossa história parte de um lugar de racialização do outro por um grupo específico, o grupo racial de pessoas brancas, que inventa essa categoria e a centraliza como padrão de classificação do outro. E essa história é contada ou a partir dos antepassados brancos, que roubaram, estupraram e mataram milhares de pessoas negras e indígenas — antepassados estes que são a minha ascendência italiana, por parte paterna —, ou é fruto de uma ancestralidade negra e indígena, perseguida e assassinada até os dias de hoje — possuo ascendência indígena por parte materna. Pessoas estas que, até o fim do século XV e início do século XVI, já eram produtoras de tecnologias próprias, de epistemes e cosmologias de mundo; tinham seus reinados e organizações sociais complexas. Até que as missões civilizatórias se iniciaram, momento histórico em que se iniciou a colonização das Américas.

É a partir deste ponto que pessoas negras e indígenas deixam de ser gente nas Américas e na África, perdem sua individualidade enquanto seres e passam a ser inferiorizados e submetidos ao outro através do exercício de poder. E é assim que se cria a ideia do outro inferiorizado, o colonizado, aquele que pode ser escravizado ou morto porque não é mais gente.

Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder (Quijano, 2005, p.3).

E uma vez estabelecido esse padrão de poder, estava dada a justificativa para iniciar a grande missão organizada por países da Europa, principalmente por Portugal, Espanha, Inglaterra e França, para civilizar os, dito por eles, selvagens. Assim, a “missão civilizatória’ colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (Lugones, 2014, p.938).

 MODERNIDADE/COLONIALIDADE

PARE. Antes de dar mais um passo com seu olhar para as próximas linhas, mais um aviso: A partir deste momento, iniciamos um dos pontos mais importantes desta pesquisa, pois darei início à discussão sobre colonialidade para que se possa entender os sistemas de poder da branquitude (Bento, 2022; Schucman, 2012) e a estruturação do racismo (Almeida, 2019; Munanga, 2004) e sua manutenção, temas que dão suporte a esse jogo-dissertação, para, aí sim, enfim, chegarmos ao que seria a decolonialidade (Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2008a e 2008b; Quijano, 2005; Walsh, 2023). Esta última, é a carta mais poderosa que entendo como possibilidade de subversão para a criação de futuros (Imarisha, 2016), para o novo mundo que desejo e estou tentando construir.

É incomensurável o tamanho dos danos causados a tantas existências negras e indígenas por esse projeto de colonização. Muitas foram as vidas, as pesquisas e as produções de conhecimento em andamento interrompidas; línguas e culturas totalmente dizimadas; e um modo de ser e estar no mundo condenados e, utilizando-me de um neologismo, “pecaminalizados”, pois também fazia parte da concepção da missão civilizatória a conversão ao cristianismo dos bárbaros, dos selvagens, dos sem alma. Deposita-se o pecado no outro, usa-se dele para desumanizar quem se tem interesse, para condenar o modo de ser da outridade negra e indígena não ocidental e não-branca. Ao animalizar o outro, eu o destituo de sua humanidade, sinônimo do que seria o bem, e o condeno ao mal. É necessário salvar essas almas e somente a conversão ao cristianismo era o caminho.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2014, p. 938).

Foi a partir dessa transformação que se estabeleceu o domínio sobre, principalmente, as Américas, processo que recebeu o nome de colonização. E é importante destacar que ao pensarmos sobre esse processo, quero fazer um recorte específico da colonização a partir da invenção da “descoberta” do novo mundo,

porque processos de colonização e, inclusive, escravidão já aconteciam antigamente, porém de uma forma diferente da que acontece com o advento da invasão e exploração da Ásia, Américas e África.

A título de exemplo de processos de colonização já existentes, cito a expansão dos Impérios Romanos a.C., que conseguem conquistar toda a rota marítima do Mar Mediterrâneo com a destruição da civilização de Cartago. Os processos de escravização já aconteciam em África, onde os escravizados eram prisioneiros de guerra que perderam suas batalhas e eram capturados pelos grupos vencedores, algo muito diferente do que aconteceu no Brasil. Não existia ainda esse olhar exploratório sobre a desumanização como moeda mercadológica de troca ou de enriquecimento com o mercado escravocrata.¹ Estes dois exemplos, apresentados de forma meramente comparativa, servem para pontuar que o colonialismo de que estamos tratando é o que inicia a Modernidade (Mignolo, 2008b), a partir do século XVI, em que a Europa se coloca no centro do mundo com o advento da exploração do Novo Mundo.

Ao longo desta seção, irei me aprofundar no conceito de Modernidade, dialogando com autores como Mignolo (2008a e 2008b), Maldonado-Torres (2008) e Walsh (2023). Irei situar o movimento no tempo histórico, primeiro a partir dos movimentos colonizadores nas Américas e África, logo em seguida com a Revolução Francesa e o iluminismo, que colocaram a Europa como berço do conhecimento ocidental, chegando à Revolução Industrial, com a criação do capitalismo. Assim, chegaremos ao sistema Moderno/Colonial/Capitalista (Quijano, 2005; Mignolo, 2008b), trazendo alguns movimentos de resistência decoloniais em toda América Latina, como as revoluções no Haiti, por exemplo.

Maldonado-Torres traz as noções de “catástrofe metafísica” e “diferença subontológica”, como frutos do processo da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2008b). Diferenças entre seres humanos já existiam no Ocidente antes do processo de conquistas territoriais nas Américas, “como as diferenças entre cristãos e não cristãos, homens e mulheres, sujeitos saudáveis e leprosos, entre outras distinções”

¹ Não cabe nesta pesquisa o aprofundamento sobre a diferenciação dos processos de colonização ao longo da história da humanidade ou um levantamento histórico dos tipos de escravização de humanos em diferentes épocas da civilização humana. O intuito de trazer estes exemplos, de forma breve e comparativa, é fazer um contraste com a escravização e colonialismo a partir da Modernidade.

(Maldonado-Torres, 2020, p.37). Porém, o que se inaugura com a “descoberta” e a conquista desses povos é o novo olhar criado para o que seria o humano e o não-humano, o civilizado e o selvagem. Os seres humanos não eram mais todos pertencentes ao Divino, agora criava-se uma nova categoria: uma humanidade animalizada. Trazendo as próprias palavras do autor, a catástrofe metafísica seria “uma catástrofe que é ao mesmo tempo ontológica, epistemológica e ética” (Maldonado-Torres, 2020, p.37).

Essa catástrofe “inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (Maldonado-Torres, 2020, p.37). E é como produto da criação dessa catástrofe metafísica que surge a diferença subontológica entre seres humanos, ou seja, existem os seres humanos e existem os seres que estão abaixo da classificação de humanidade², o que passa a ser a principal diferenciação de seres humanos na nova ordem mundial.

A perspectiva de modernidade que trago para esse jogo-dissertação é a instituída a partir do processo de colonização do Novo Mundo no século XVI, em que a Europa se coloca no centro da modernização do mundo e, a partir da diferença subontológica, elabora-se uma “perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (Quijano, 2005, p.118).

Além da racialização do outro, o que se torna uma justificativa para a escravização e exploração dos colonizados, a modernidade também traz como característica a criação de um novo padrão de poder mundial a partir do século XVIII. Esse novo padrão foi calcado na mudança de entendimento sobre trabalho, a lógica de mercado e produção de capital. Segundo Quijano,

todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas (Quijano, 2005, p.118)

² É dentro dessa perspectiva, que se cria o conceito de colonialidade do ser, que tratarei mais à frente.

Com essa “novidade” se tornando globalmente popular, uma vez que a corrida busca da modernidade já havia começado, um novo padrão de poder global é inaugurado. Com essa estrutura de trabalho recém-criada, surge a estrutura de exploração sobre o colonizado, agora como mercadoria, através da escravidão nas Américas no século XVI e, posteriormente, uma exploração massiva do trabalho a partir do século XVIII, “assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente” (Quijano, 2005, p.119).

Ambos os fatores, raça e trabalho, foram a base da criação do capitalismo dentro desse novo sistema-mundo da modernidade-colonial-capitalista. Vale ressaltar que quando pontuo que é colonial-capitalista o recorte dessa modernidade é porque processos de modernização de sociedades já aconteceram em outros momentos históricos, como os grandes impérios de Roma, China, Inca, Maia e Asteca, por exemplo. Porém, estamos falando da modernidade eurocêntrica, que tem como característica os processos de colonização, também entendida como a primeira modernidade no século XVI, momento que abarca a invasão, conquista e escravização no Novo Mundo. Depois, a partir do século XVIII, ocorre a segunda modernidade, que tem o seu início na Revolução Industrial, sendo esta a modernidade capitalista. Os países europeus “foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder” (Quijano, 2005, p.122). E é a partir dessa difusão hegemônica, oriunda de uma perspectiva eurocêntrica propagada no processo de colonização das Américas, que se funda o conceito de colonialidade.

Se o colonialismo moderno foi o processo que se inicia com a invasão e apropriação de terras das Américas, África e Ásia, a racialização do outro para dominar e escravizar o colonizado e a criação de um novo sistema-mundo capitalista que gira em torno da monetização do trabalho, a colonialidade é a manutenção desse domínio do novo poder global, fruto da modernidade, que está “ligada à hegemonia, à dominação, à periferação e à subalternização geopolítica, racial, cultural e epistêmico que a modernidade estabeleceu da posição do europeu como centro”³ (Walsh, 2023, p.34-35). Logo, a colonialidade é indissociável da modernidade, passando a ser:

³ Tradução do autor.

o lado oculto da modernidade, que articula a partir da chamada Conquista, os padrões de poder a partir da raça, do saber, do ser e da natureza, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício branco-europeu [...] A modernidade/colonialidade serve então, por um lado, como perspectiva para analisar e compreender processos, formações e organizações hegemônicas do projeto do sistema-mundo global (moderno e colonial) e, por outro, para tornar visível a diferença colonial, as histórias, subjetividades, saberes e a lógica do pensamento e da vida que desafiam esta hegemonia⁴ (Walsh, 2023, p.35).

Assim, percebemos que a colonialidade produzida pela modernidade possui diferenças quando comparada ao processo de colonização do chamado “terceiro mundo”. A colonização é, em suma, o processo de apropriação, controle e exploração indevida de terras e de corpos através do poder. Temos como exemplo o processo de colonização de terras pindorâmicas por colonizadores portugueses. Logo, depois de mais de trezentos anos deste controle pela colonização, inicia-se o processo de descolonização formal, que se refere “à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo” (Ballestrin, 2013, p.90). Porém, ao descolonizar terras, a colonização que se finda formalmente é a de territórios geográficos. Contudo, a colonização de ideias, pensamentos, culturas se mantém na forma da colonialidade.

É importantíssimo entendermos a pretensão etnocentrista que a Europa teve ao se colocar na posição de criadora de um mundo moderno, avançado e civilizado a partir de um olhar eurocêntrico, iniciando um processo de invasão à subjetividade do outro, colonizando o seu imaginário, sua religião, suas crenças, hábitos, manifestações da sexualidade e papéis de gênero. Tudo por uma perspectiva ocidental, hegemônica eurocentrada, heterossexual, heteronormativa e patriarcal. A partir da colonização, passa a existir a necessidade de civilizar o selvagem, de dominá-lo. Pela primeira vez na história, estabelece-se um padrão de poder efetivamente global, um sistema-mundo em que a humanidade se organiza de uma mesma forma sob a hegemonia de instituições da sociedade, que no

controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 123).

⁴ Tradução do autor.

E foi se debruçando sobre esse novo sistema-mundo de poder global, fruto da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2008b), que um grupo de autores e autoras se reúnem para o estudo das dimensões da colonialidade, sendo alguns deles: Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gomez, Ramón Grosfóguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura Santos, Zulma Palermo (Ballestrin, 2013). Dentro desse grupo, chamado Modernidade/Colonialidade, fundado na década de 1990, essas autoras e autores iniciam estudos sobre os atravessamentos dos efeitos causados pela modernidade. A partir deste ponto, iremos falar um pouco sobre seus estudos, pois dialogam com o que motiva esse jogo-dissertação. Irei começar pelas dimensões indissociáveis da colonialidade: poder, saber e ser.

COLONIALIDADE: PODER/SABER/SER

Em suma, dentro dos esmiuçamentos feitos pelos estudos destes autores, a colonialidade do poder existe na relação entre raça, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento de uma sociedade. Em outras palavras, é a partir da colonialidade do poder (Quijano, 2005) que surgem lugares como colonizado/colonizador, selvagem/ocidentalizado e europeu/não-europeu. Desses não civilizados - todos os não-brancos - é tirado o direito e a validação da produção de conhecimento. Passam a servir como mão de obra, primeiro escrava, durante a primeira modernidade-colonial, depois barata, forçada e explorada, na segunda modernidade-colonial-capitalista, em que acontecia a manutenção das políticas de controle do Estado através de leis e instituições da sociedade, como escola, igreja e polícia. Para tentar exemplificar a colonialidade do poder, trago referências do contexto brasileiro ao longo da nossa história.

- 1) A partir da racialização do outro pelos europeus durante o processo de invasão e colonização de Pindorama, é inventada a raça branca. Hegemonicamente eurocentrada, passa-se a ter a divisão entre brancos e não-brancos, os inferiores. Ou seja, há uma hierarquização entre brancos e negros, indígenas e mestiços, sendo estes últimos uma raça inferior à dos brancos.

- 2) Ao pensar sobre os impactos da escravidão enquanto sistema, podemos observar as similaridades que existem nas posições ocupadas no mercado de trabalho. O que, na época da colonização, dava aos brancos o status de poder nos engenhos e na nobreza, subjugando os negros e indígenas a processos escravizatórios — senhores de engenho com seus escravizados — hoje se manifesta através do pacto (Bento, 2022) no qual os brancos ocupam os lugares de poder social, enquanto negros e indígenas ocupam posições de menor prestígio — os patrões com seus empregados. Às raças inferiores, são destinados os trabalhos ditos inferiores. Trazendo para a realidade da escola onde dou aula: a maioria dos auxiliares de serviços gerais, atendentes da cantina, porteiros e auxiliares de corredor são negros. Toda a direção, coordenações pedagógicas e equipe de psicologia são brancos. Dentro dessa hierarquia, pessoas negras na escola começam a aparecer no quadro de funcionários como professores.
- 3) Políticas de favorecimento ao grupo racial branco foram criadas pelo Estado ao longo da história. Durante o período pós-abolição, foram criadas leis e medidas que traziam benefícios sociais, como dinheiro, terras e passagens para imigrantes que quisessem vir voluntariamente ao Brasil⁵. Houve também indenizações pagas aos senhores de engenho caso decidissem entregar seus escravizados de oito anos de idade ao Estado, a partir da Lei do Ventre Livre⁶, o que mostra a “empreitada política e jurídica que conforma os privilégios de raça à população branca no Brasil” (Borges, 2022, p.77);
- 4) O acesso diferenciado para brancos e negros desde o período colonial, uma vez que a primeira lei de educação criada no Rio de Janeiro proibia o acesso de pessoas negras às escolas⁷, e o epistemicídio dos saberes indígenas e africanos, suas línguas e culturas que foram apagadas para darem lugar à cultura europeia. Isso aponta para o fato de que o grupo racial branco é

⁵ Decreto nº 9.081, de 3 de Novembro de 1911 que concedia benefícios a imigrantes europeus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html> Acesso em 30 de abr. 2025

⁶ Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871 que dava liberdade aos filhos de mulheres escravizadas que nasciam a partir da data da lei. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm . Acesso em 30 de abr. 2025

⁷ Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839 sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627122014> . Acesso em 30 de abr. 2025

privilegiado há séculos, mantendo seus lugares de poder na sociedade. Como reflexo, vemos a maioria dos discentes e docentes das universidades públicas brasileiras sendo pessoas brancas. São suas ementas hegemonicamente eurocentradas que seguem sendo ensinadas e aprendidas, alimentando o sistema moderno-colonial-capitalista-racista-cristão-machista-heteronormativo-cisgenero em que vivemos.

Como dito anteriormente, a colonialidade do poder faz a manutenção do lugar de privilégio do colonizador e de inferioridade do colonizado que, por sua vez, dentro da lógica da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2008b), ocupa um lugar subalternizado a outros agentes desta sociedade. E enquanto inferiorizado, tudo aquilo que é produto de sua agência é invalidado e, na maioria das vezes, nem considerado, ao passo que o colonizador segue produzindo e disseminando os saberes autorizados cientificamente. É a essa invalidação da episteme não eurocentrada que é dado o nome de colonialidade do saber (Mignolo, 2020), em que a lógica de não poder haver outros saberes “inscrevia uma conceptualização do conhecimento a um espaço geopolítico (Europa ocidental) e eliminava a possibilidade de sequer refletir numa conceptualização e distribuição de conhecimento ‘emanando’ de outras histórias locais” (Mignolo, 2020, p.191).

As produções de epistemes de países da Europa passam a ser o que se valida como o conhecimento universal, a ideia da razão, do cânone clássico. E, a partir da colonialidade do saber, inicia-se um apagamento do conhecimento destes que “não foram tidos em conta quando o conhecimento e a organização social estavam em causa. Ambos, africanos e índios, foram considerados organismos vivos e pacientes para serem mandados, não para serem ouvidos” (Mignolo, 2020, p.194).

Assim como a colonialidade do poder (Quijano, 2005) e do saber (Maldonado-Torres, 2008) são produtos da modernidade-colonialidade, a colonialidade do ser é outro pilar dessa equação que “envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e experiências de tempo e espaço, bem como na subjetividade”(Maldonado-Torres, 2018, p.43). O Ser em sua própria condição de Ser passa a ser questionado, sendo destituído do seu lugar de possibilidade de vida ao passar de Ser para um não-Ser, estratégia de dominação encontrada pelos colonizadores para assumir e garantir seu lugar de poder na sociedade ao justificar o

domínio sobre o outro, o colonizado. Esse tempo marcado pelo europeu, esse tempo moderno (Maldonado-Torres, 2008) condiciona o Ser a ocupar uma posição na sociedade que, a depender do lugar de Ser e não-Ser em que o sujeito se encontra, sua experiência pode vir a se transformar radicalmente. Isso é resultado do “processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” (Maldonado-Torres, 2008, p.96).

Logo, se a colonialidade do saber se preocupa em garantir o apagamento de quaisquer saberes não eurocêntricos, a colonialidade do ser, por sua vez, garante o total apagamento do colonizado. Se eu passo a não reconhecer o outro como um ser civilizado, e sim como um ser racializado e desumanizado, como um selvagem, o outro na condição de humano deixa de existir e passa a ser um não-Ser. A colonialidade passa a trazer um controle, não só do outro, mas também de sua história, de seu conhecimento e de sua vida. Segundo Mignolo (2008b), a partir do “eurocentrismo não em termos geográficos, mas em termos epistêmicos e históricos: de controle do conhecimento e da subjetividade. Isto é, colonialidade do saber e do ser”(p.242).

Ao traçar e apresentar esse percurso histórico da colonização, seguido pela descolonização formal das colônias, pretendo mostrar que esse processo não se finda com a libertação dos colonos. É importante destacar que a manutenção da colonialidade dentro, não só do no nosso país, mas dentro do mundo dicotomicamente dividido em Norte/Sul, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, colonizado/colonizador, branco/negro, civilizado/selvagem, só é possível graças

a perpetuação da lógica da colonialidade, ou seja, da apropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte e um) e a dispensabilidade de vidas humanas desde a matança massiva de pessoas nos domínios Inca e Asteca até as mais de vinte milhões de pessoas de São Petersburgo à Ucrânia durante a 2ª Guerra Mundial (Mignolo, 2008, p.293).

Dialogando com a ideia de dispensabilidade de vidas trazida acima por Mignolo (2008a), penso sobre as dimensões da colonialidade na geopolítica atual, tanto no sentido da autorização de quem tem o direito à conquista territorial sobre um outro povo, como sobre o que está acontecendo hoje, nos anos vinte dos anos dois mil, nos conflitos entre Rússia e Ucrânia; como a dimensão da destituição do direito de Ser a um Não-Ser (Maldonado -Torres, 2008), que autoriza o genocídio de um povo pelo

outro através da necropolítica, ou seja, o poder que a colonialidade dá a alguns, que passam a ditar quem está autorizado a viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018). Como um exemplo da ação da necropolítica no Brasil, cito a chacina que aconteceu em 2021, no Rio de Janeiro⁸ (Deister, 2024) , na comunidade do Jacarezinho, e o conflito entre Israel e a Palestina que, até fevereiro de 2024, já contabilizava 27.708 mortos⁹ (Martins, 2024). Já as disputas territoriais do sistema-mundo moderno/colonial/capitalista entre Ucrânia e Rússia¹⁰, acumulam mais de 30 mil civis mortos (Baddin, 2024). Três exemplos de dispensabilidade de vidas humanas que estão acontecendo em plena década de 2020.

Se a colonialidade é uma lógica de controle sobre outridades, seus corpos, identidades e conhecimento, logo a decolonialidade é uma tentativa de mudança desse paradigma. É o resgate a todos esses seres, saberes que foram invalidados pela colonialidade do poder. É uma proposta de enfrentamento a essa matriz colonial que os subontologizou (Maldonado-Torres, 2020), colocando-se como resposta enquanto existência produtora de conhecimentos de identidades que se opõem ao padrão patriarcal, heterossexual, branco e eurocêntrico. São cosmologias indígenas, perspectivas afrocentradas, que insurgem no caos deste desmoronamento da humanidade no enfrentamento e tentativa de destituição do poder da branquitude.

É urgente pensar formas de sobrevivência em cenários como este em que o mundo segue imerso: cenário de aniquilação do outro em prol do poder. Mesmo com o fim formal do colonialismo, a colonialidade, ou seja, a lógica de pensamento colonial, se mantém em relação a quais saberes são valorados, sobre quem detém o poder, sobre quem ocupa e tem acesso a privilégios e sobre quem tem direito à vida. E essas pessoas são hegemonicamente brancas, homens cis, héteros e de países do norte,

⁸ Uma operação policial na comunidade registrou oficialmente 27 vítimas, embora moradores da comunidade afirmem que havia mais corpos do que o divulgado. Até a presente data, esta é a operação mais letal que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro .Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/05/chacina-do-jacarezinho-mpf-recomenda-que-cemiterios-preservem-ossadas-de-27-mortos> . Acesso: 06 jul. 24

⁹ Uma guerra territorial que se inicia com a criação do Estado de Israel. A partir deste ponto, Palestina e Israel vivem conflitos pela dita Terra Santa, o que se intensificou em outubro de 2023. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/guerra-em-gaza-completa-4-meses-com-mais-de-27-mil-palestinos-mortos-israel-nega-cessar-fogo> > Acesso em: 06 jul. 24.

¹⁰ Iniciada em 2022, quando a Rússia avança contra a Ucrânia como uma tentativa de tomada de terras. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/podcast-fronteiras-da-reportagem-4-o-que-pode-significar-o-fim-da-guerra-na-ucrania-e-as-consequencias-para-o-mundo-ouca/> > . Disponível em: 06 jul. 2024

especificamente do continente Europeu e dos Estados Unidos, o Norte Global. É preciso enfrentar esse modelo ocidentalizado de poder, esse lugar ocupado por poucos, dar um giro nesse cenário e descobrir como construir outras “modernidades alternativas ao único modelo ocidental” (Ballestrin, 2013, p.111).

GIRO DECOLONIAL E DECOLONIALIDADE

Ballestrin (2013), além de fazer um panorama sobre a construção do grupo Modernidade/Colonialidade, também apresenta uma das propostas do grupo que surge como tentativa de construir um novo modelo de modernidade não ocidentalizado a partir de um giro decolonial (Ballestrin, 2013) . A ideia de dar um giro decolonial parte da necessidade de acabar com o funcionamento desse sistema-mundo, em que a colonialidade do poder, do ser e do saber operam. É olhar esse mundo em 360 graus com um senso crítico, ampliando a escuta e valorando outros lados de quem conta a história. Abrir espaços para outros corpos assumirem lugares de importância em nossa sociedade, permitindo o Ser (Maldonado-Torres, 2018) fora do padrão patriarcal, branco, heterossexual, machista e cristão. Esse é o giro decolonial, um giro que busca produzir “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013, p. 105).

Essa busca pelo decolonial neste giro não está imbuída pelo ato de girar e inverter o lugar de poder apenas, colocando outros corpos no lugar e seguindo com sistema de opressão. É, na verdade, uma busca para possibilitar e ampliar o acesso a todas, todos e todes a oportunidades equânimes, independentemente da cor, raça, classe social, sexualidade e gênero. É possibilitar que a indígena ou negra, trans e lésbica também possa ocupar certos lugares sociais que permitam que ela não esteja mais na marginalidade da sociedade. Na verdade, é o compromisso de fazer com que não existam mais lugares marginais no contexto social. Esse processo de decolonização, portanto, não busca uma inversão e não pode ser entendido como “a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul, no que pese práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias” (Ballestrin, 2013, p.108-109).

É também importante não confundir a decolonização com a descolonização. Assim como foi apontada a diferença entre colonização e colonialidade, é importante apontar as singularidades que separam os processos de descolonização e de decolonização. Enquanto a primeira se caracteriza como o processo histórico de enfrentamento pelo qual as colônias passaram ao resistirem ao colonialismo europeu e lutarem por sua libertação do poder do colonizador, ou seja, da colonização, a segunda é um movimento de libertação do poder da colonialidade. A descolonização garantiu a soberania frente ao poder português no Brasil, mas não foi suficiente para a soberania do indivíduo, sua subjetividade, imaginação, relação com seu desejo, visto que sua existência ainda estava imbuída de um novo padrão ocidental de ser.

A decolonialidade quer destituir o grupo racial branco do seu lugar de poder da branquitude, desmantelando as estruturas colonialistas, racistas, machistas, heteronormativas, cisgêneros e cristãs. É lutar pelo resgate dos apagamentos, das histórias não ouvidas, da cultura desvalorizada, da espiritualidade demonizada de todo um povo que resiste desde a colonização dos seus. São povos que já estão na luta decolonial desde o momento que tiveram suas terras invadidas, seus saberes negados, sua cultura e religião diminuídas e perseguidas na luta contra os brancos que se colocaram no poder solidificados numa invenção: a invenção da raça, a invenção do outro e a invenção de serem superiores. É preciso descortinar essa falácia contada há séculos e encontrar outras organizações sociais fora desse sistema-mundo.

Embora o nosso país tenha passado por um processo de descolonização, ou seja, deixado de ser uma colônia de Portugal, ainda é necessário decolonizar o pensamento, o olhar, as subjetividades do povo brasileiro. É necessário buscar novos verbos para provocar mudanças de horizonte para nosso contexto e acredito que o decolonizar seja uma escolha possível de se trazer para as nossas práticas diárias. Ao decolonizar nossa perspectiva de existência, estamos questionando, interrogando, problematizando e mudando as práticas coloniais que ainda mantemos em nosso dia a dia. É mudar, desconstruir aquilo que se entende por padrão, em sua maioria padrões eurocêntricos. É inverter perspectivas, olhares, subjetividades de uma lógica hegemônica branca europeia e começar a procurar e validar conhecimentos e saberes que foram apagados; reconhecer o ser de pessoas que foram invisibilizadas na

sociedade - e ainda são -, e dar o poder, o acesso a direitos básicos, como o direito à vida, que foram tirados de povos subalternizados pelo processo de colonização.

A história que é contada sobre nosso povo brasileiro precisa ser reescrita por uma perspectiva decolonial, não a partir da “descoberta” do Brasil por Portugal, que civilizou os “índios” selvagens e canibais, trazendo uma língua, uma cultura e uma religião a esses povos, sem vergonha ao exporem suas partes íntimas, como escrito na carta de Pero Vaz de Caminha.¹¹ Não podemos ser fruto desta história única, eurocentrada, contada por homens brancos a respeito de toda uma cosmologia ancestral de pessoas que já ocupavam Pindorama¹². Em diálogo com a ideia de história única, apresentada em *O Perigo de Uma História Única*, escrito pela escritora nigeriana Adichie (2019), precisamos desmentir a história única do “descobrimento do Brasil”. Não pode ser o olhar do colonizador que coloca a cultura brasileira como inferior a culturas estadunidenses e europeias, parte do Terceiro Mundo, em constante subdesenvolvimento. O olhar que desqualifica e invalida aquilo que é tradicional, originário e parte do cerne do que constitui a nossa nação, com sua música, suas ritualidades, arte, literatura e saberes empíricos.

Dentro desse contexto de produção de histórias únicas e movimento decoloniais, trago para o diálogo a ideia das fissuras, cunhada por John Holloway (2013), como uma forma de romper o capitalismo “de tantas formas quanto pudermos e tentar expandir e multiplicar as fissuras e promover a sua confluência” (Holloway, p. 14). E eu vejo que esse movimento de quebra vale para outros sistemas como, por exemplo, o sistema moderno-colonial. Se já sabemos que a colonialidade é indissociável do capitalismo, temos que enfrentá-la como uma grande muralha que nos cerca, que aprisiona nossos corpos, nossos desejos, nossos pensamentos, sexualidades e subjetividades. E quanto mais a modernização de nossa sociedade avança, mais somos esmagados por essas paredes. Precisamos encontrar formas coletivas de rasgar essas paredes, para, assim, encontrar novos horizontes de possibilidades.

¹¹ Pero Vaz de Caminha fez parte da expedição de Pedro Álvares Cabral e relatou, em forma de carta ao rei de Portugal, suas impressões sobre o Brasil e as pessoas que aqui viviam.

¹² Nome das terras brasileiras antes de serem chamadas “Brasil”, pelos portugueses, devido à árvore Pau Brasil.

Voltando ao nosso TERRITÓRIO DESAFIO, articulando-o com a sala de aula, penso que as aulas de teatro podem ser pequenas fissuras que possam quebrar e destruir a lógica colonial das alunas e alunos que reproduzem e produzem machismos, racismos, LGBTQIAPN+fobias e, assim, possibilitar mudanças em nossa sociedade a longo, médio e curto prazo. Seja na mudança de postura nas suas interações sociais ao ganhar consciência e não fazer mais piadas racistas, seja em projetos interdisciplinares que comecem a servir de modelo para outras escolas do bairro ou para uma sociedade em que não exista mais o racismo. Independentemente dos frutos e de quanto tempo vai demorar para que sejam colhidos, é necessário que nós, professoras e professores, comecemos a plantar sementes para um futuro em que o racismo seja totalmente aniquilado. Não basta somente ficar no discurso, é necessário ação. Não acredito que possamos somente

aceitar um discurso crítico escrito sobre racismo, que geralmente é lido apenas por aqueles que tem algum grau de privilégio educacional, do que criar caminhos construtivos para falar sobre supremacia branca e racismo e encontrar ações construtivas que vão além do discurso (hooks, 2021, p.69).

Então, como transformar a leitura e o discurso crítico em práticas que sejam decoloniais e antirracistas em sala de aula? Brincando e fazendo teatro, eu tento responder. Acredito no poder do jogo e da brincadeira como aliados em sala de aula para fazer conexões, vencer muros e barreiras. Reconheço “no jogo um instrumento de caráter humanista para a educação social do jovem, além de reconhecer nele um importante recurso em qualquer situação de aprendizagem” (Pupo, 2005, p.3). Embora esteja dentro do sistema de poder da colonialidade, a brincadeira em um grupo propõe uma suspensão temporária do espaço-tempo. Há um deslocamento lúdico em que, observando as práticas em sala de aula, há muito mais uma aproximação pelas semelhanças do que pelas diferenças, mesmo dentro da hierarquização em que o sistema opera entre raça, gênero, cor e sexualidade. Todos fazem parte do mesmo território, desafiando, sendo desafiados e, coletivamente, tentando vencer esses desafios. Mesmo que não seja consciente esse olhar, aquilo que pode se revelar dentro da brincadeira é que

somos todos muito mais do que nossas diferenças, que não é apenas o que compartilhamos organicamente que pode nos conectar, mas o que passamos a ter em comum porque desempenhamos o trabalho de criar comunidade, a unidade dentro da diversidade, que exige solidariedade dentro de uma

estrutura de valores, crenças e desejos que sempre transcendem o corpo, desejos que estão relacionados a um espírito universal (hooks, 2021, p.177).

O jogo teatral sempre terá a capacidade de deslocar espaço-tempo e suspender as hierarquias, promovendo uma comunidade ligada pelas suas semelhanças e não por suas diferenças? Não. No momento em que o jogo apresenta um desafio em que uma habilidade dita “de meninos” se faz necessária, rapidamente a dinâmica “meninos contra meninas” se forma em sala de aula. Dinâmica esta que tende a ser comum em dinâmicas de grupo, por exemplo. Na hora em que há uma cena de amor, de romance ou de conquista e que deve ser feita em dupla, todos os meninos se afastam uns dos outros, com tons jocosos e risadas na hora da formação dos pares. E caso haja um menino que entende que sua sexualidade não será ameaçada por um simples exercício de improviso teatral, com toda a certeza, todo o grupo que for composto por meninos, e até algumas meninas (pois estão inseridas dentro do mesmo sistema heteronormativo, machista e LGBTQIAPN+fóbico) irá dizer, quase em uníssono: “hmmmmmmmm”. Ou, ainda, utilizando uma expressão homofóbica contemporânea dos anos 2023/2024: “Ih a lá ele” ou somente “Lá ele”¹³. Mas, mesmo tendo consciência disso, ainda acredito que a potência da comunidade construída a partir das semelhanças é um grande trunfo que as aulas de teatro trazem nessa batalha contra esse sistema que estou tratando nesta seção deste jogo-dissertação.

Aproveitar-se do potencial dos jogos teatrais e exercícios de cena, por exemplo, pode vir a ser uma maneira de abrir outras janelas para falar sobre questões étnico-raciais. Acredito na necessidade de se criar novas metodologias teatrais para que professores de teatro conduzam suas atividades junto aos discentes, em busca de um olhar para o mundo não eurocêntrico, enxergando a

decolonialidade como uma capacidade de resiliência e transgressão diante do trauma e da violência propagada pelo colonialismo e conservada na esfera

¹³ A gíria com origem baiana é utilizada com cunho sexual e homofóbico, quando um homem diz, faz ou age de maneira que leve a entender que seja gay. Automaticamente, em resposta, o grupo diz “Lá ele!”. A gíria ganhou popularidade nas redes sociais em 2023 na música de mesmo nome dos cantores Manoel Gomes e Tierry. Na letra da canção, o cantor lamenta que a menina pela qual ele está apaixonado ama outro e só o quer como amante. O “Lá ele!” é usado toda vez que o verso tem um sentido ambíguo sobre sexualidade. Exemplos: “Se eu fico arriado de quatro por você?”, “Quando ela beija o seu namorado e me beija” e “Eu quis dar pra você”. Letra completa disponível em: <https://www.letras.mus.br/tierry/la-ele-part-manoel-gomes/> . Acesso em 30 de abr. 2025

da colonialidade. Nesse sentido, o que responderá acerca da nossa capacidade de invenção no confronto a dominação do poder/ser/saber são as nossas invocações, incorporações e performances orientadas por um outro senso ético/estético (Rufino, 2018, p.3).

É importante aproveitar o ambiente de ensino como espaço de incentivo a uma percepção das diferenças que existem entre o grupo e o acolhimento de suas histórias e individualidades e, com isso, incluir o teatro como parceiro na educação de futuros cidadãos. É preciso tensionar e provocar essas individualidades racializadas na sociedade tanto para que as alunas e alunos tenham consciência do lugar que ocupam dentro do grupo racial branco, quanto para que as alunas e alunos também assumam sua identidade racial negra e indígena, e toda a ancestralidade que isso carrega, sem nenhum tipo de vergonha. É apresentar os reinados da África Ancestral, com suas rainhas e reis, para além da história de miséria e fome já massivamente contada. É apontar que por trás das coroas e do ouro dos grandes reinados europeus está o sangue, o trabalho e a exploração de todos os povos da Ásia, África e Américas. Apresentar os reis e rainhas europeus como o que são: antepassados assassinos, ladrões e estupradores.

O grande desafio que encontro e partilho com você, professora e professor que está pensando na sala de aula e que lê esse jogo-dissertação é: como fazer isso, sem apontar dedos e sim dando as mãos para o diálogo? Não podemos continuar vendo a educação somente como algo que vá preparar jovens para um futuro ligado a ideais de um modelo dominante sob padrões de competição, desigualdade e classificação (Rufino, 2021). Quais outras possibilidades existem para uma educação libertadora? (Freire, 2020) Trago novamente a aposta no jogo dentro do teatro como um aliado para discutir questões que lutam contra esse sistema dominante.

Pensar na “brincadeira como expressão de liberdade do ser é um ato de descolonização¹⁴” (Rufino, 2021, p.70) e se o teatro pode ser um aliado na luta contra a colonialidade é porque o teatro é ação. E mudanças só acontecem com ações. E é em busca dessa agência que é preciso conscientizar-se sobre a responsabilidade que nós, educadoras e educadores, temos quando aguçamos nossa percepção para esse nosso novo horizonte decolonial de mundo: “faz-se necessário migrar o olhar

¹⁴ Embora esteja escrito com a letra “s”, aqui o autor apresenta a mesma ideia que estamos trabalhando ao longo dessa dissertação-jogo em relação a decolonização.

etnocêntrico e eurocêntrico para compreender outros valores filosóficos, linguísticos e sagrados construídos por povos no continente africano” (Nascimento, 2020, p.159). Assim, a sala de aula passa a ser campo de investigação e pesquisa laboratorial, onde as atividades experimentais são desenvolvidas e criadas com os estudantes em seus processos de aprendizagem, individual e coletivamente, resultando na possível criação de metodologias decoloniais para o ensino do teatro.

Movido por essas questões e ainda buscando seguir em investigações relacionadas a práticas decoloniais que possibilitem discussões étnico-raciais por um viés teatral através da brincadeira, sigo nesse TERRITÓRIO DESAFIO, preocupado em atravessar o conhecimento científico validado pela academia e os conhecimentos empíricos que foram negados por serem considerados de menor valor para, desse cruzo¹⁵, decolonizar aquilo que se entende por teatro em sala de aula, sensibilizando o olhar dos discentes para a cultura de alguns países de África e povos originários brasileiros ao falarmos sobre outros tipos de teatro, que não somente o do ocidente europeu.

Caso não tenha sido esse o último território a ser explorado, antes de prosseguir para a FASE DOIS desse jogo-dissertação, ainda é necessário que siga seu percurso pelos territórios JOGO e JOGADOR.

¹⁵ Termo que é aprofundado no TERRITÓRIO JOGO.